

POLÍTICA

O eterno sono da burguesia nacional

LUÍS CÉSAR BUENO

O Brasil vai às urnas nesta quarta-feira decidir forma e sistema de governo. Este acontecimento, que poderia ser considerado histórico por poder implementar as reformas estruturais para o desenvolvimento da nossa sociedade, caiu no marasmo e na mais completa apatia. Não esclareceu e nem mobilizou a sociedade.

Os programas de televisão promovidos pelo TSE, não contribuíram para a fomentação do debate. A mídia e a propaganda do convencimento sem conteúdo de idéias e análises foram a tônica da campanha na televisão: "O presidencialismo é fome, é miséria... O estilo da propaganda fascista idealizada por Josef Goebbels, aplicado no Brasil durante a campanha presidencial de 1989 entrou em cena na TV neste plebiscito: "Uma mentira repetida mil vezes transforma em verdade"... Com isto, os presidencialistas dispararam nas pesquisas e fugiram do debate com os parlamentaristas. Na TV, a campanha pela forma e sistema de governo teve a mesma linha dos comerciais da Brastemp, Philips, Arisco etc. A população teve que optar pelo produto e não pelos princípios e idéias da Monarquia, República, parlamentarismo e presidencialismo.

A Monarquia, como forma mais antiga de governo possui uma história abrangente. Com o surgimento das primeiras civilizações adotou o princípio da hereditariedade, ocupando

o poder as famílias detentoras do excedente econômico. Dominou durante toda antiguidade clássica nas civilizações egípcia, grega e romana. Dividiu com os senhores feudais e a igreja o poder durante toda a Idade Média. Manteve o seu papel apenas representativo, com o surgimento da República e o parlamentarismo, durante as revoluções liberais e com a revolução francesa, onde aconteceu a queda do antigo regime.

As revoluções burguesas ocorridas durante a Idade Moderna proporcionou as transformações necessárias para o surgimento do capitalismo. A burguesia possuía o poder econômico e necessitava do poder político. O surgimento do parlamentarismo, inicialmente aliado à Monarquia e posteriormente aos ideais republicanos impulsionou a modernidade na Europa criando novos incrementos produtivos, como o renascimento do comércio, a industrialização, reforma agrária, propriedade privada, salários etc.

Vale ressaltar que em alguns países da Europa e até mesmo em determinados estados dos E.U.A., o limite para se escriturar uma fazenda é de 150 hectares. Este aumento do número de proprietários e a modernização dos meios de produção ocorrido durante as revoluções burguesas na Inglaterra e na França nos séculos XVII e XVIII, além de impulsionar o parlamentarismo, criou as condições políticas para a estruturação definitiva do capitalismo. Fecundou o pensamento dos filósofos liberais e aguçou Karl Marx e Frederick Engels, a teorizar o conceito de capital e trabalho.

Se na Europa existia uma burguesia liberalizante, rompida com o antigo regime, a Monarquia no Brasil era extremamente presa aos interesses dos latifundiários. O parlamentarismo no Brasil durante o século XIX sobreviveu ao Absolutismo Monárquico com um parlamento atrasado. Somente votava os detentores de uma renda igual ou equivalente a 150 alqueires de mandioca. O parlamentarismo monárquico não impulsionou as transformações necessárias para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Na verdade, a Revolução Burguesa não aconteceu no Brasil. No Império a base de sustentação do Governo era o latifúndio e os monocultores de café. Após o golpe Republicano de 1.888 o ciclo de manutenção do poder também continuou pertencendo à oligarquia latifundiária.

Com o fracasso da monocultura do café durante o final do 2º Império, e no transcorrer da primeira República, o capitalismo entra no Brasil. Não seguindo o modelo de ruptura com o latifúndio como aconteceu na Europa, e sim através da aliança com as oligarquias, que trouxe para o Brasil um capitalismo dependente das grandes potências industriais, submetendo o Governo e o parlamento aos seus interesses.

Nestes 102 anos de presidencialismo não ocorreram no Brasil a ruptura entre os ideais liberalizantes da burguesia, com os interesses especulativo e concentrador dos latifundiários. Existem hoje no País propriedades rurais com 42.000 alqueires de terra, onde nada é produzido. Em qualquer outro País capita-

lista do Primeiro Mundo a manutenção de tamanha propriedade improdutiva seria um caso de segurança nacional.

Nas eleições de 1.989 os interesses oligárquicos ligados às multinacionais prevaleceram. E o País deixou a privilegiada posição de 8ª potência para 23ª no ranking mundial.

Com o plebiscito do dia 21 de abril, a burguesia nacional mais uma vez perderá a oportunidade de fazer a ruptura com as oligarquias, ao entregar uma forma de sustentação política de um Governo liberal, (que seria o parlamentarismo), à derrota.

O parlamentarismo, assim como todas as vias institucionais de poder no sistema capitalista defende os ideais da burguesia. No entanto o que se discute é o sono profundo em que vive a burguesia nacional, atrasada e dependente. Apesar de o Brasil ter um dos parques industriais mais avançados do mundo, o automóvel, a caneta, o refrigerante as máquinas industriais, enfim 90% do nosso produto industrial é explorado pelas multinacionais. O parlamentarismo seria a instância que o capitalismo nacional teria para questionar estes privilégios, como aconteceu na Europa no Século passado. Ironicamente, neste plebiscito do dia 21 de abril a burguesia nacional abandonou seus princípios de origem, aliou-se ao latifúndio e ao presidencialismo.

LUIS CÉSAR BUENO

Professor, formado em E. Sociais
e História, pós-graduando em
Ciências Políticas